

EM BUSCA DE UMA TUTELA JUDICIAL PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DO PASSO DOS NEGROS

ANTONIO ERNANI PINTO DA SILVA FILHO¹; MATEUS FERNANDES DA SILVA²;
LOUISE PRADO ALFONSO³

¹Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Curso de Antropologia - ernanifilho@bol.com.br

²Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Curso de Antropologia - mateusfernandesdasilva@live.com

³Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Curso de Antropologia - louise_alfonso@yahoo.com.br

1. APRESENTAÇÃO

O Passo dos Negros é uma região de relevância histórica e sociocultural na cidade de Pelotas. Hoje, também conhecida como Estrada do Engenho, fica localizado às margens do Canal São Gonçalo, nas proximidades da confluência com o Arroio Pelotas, reconhecido enquanto Patrimônio Natural e Paisagístico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual.

O Passo está sendo estudado desde 2014, no âmbito do projeto de extensão *Narrativas do Passo dos Negros: um exercício de etnografia coletiva para antropólogas/os em formação*, um dos cinco projetos de extensão vinculados ao projeto de pesquisa *Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas*. Todos os projetos estão vinculados ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos - GEEUR, do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPEL.

Em sua origem, o projeto de extensão tinha por objetivo dar visibilidade ao passado histórico da região, traçando um paralelo com as comunidades negras de Pelotas na atualidade (ALFONSO et al., 2015). Contudo, a partir da convivência com os habitantes do Passo dos Negros, dos resultados das etnografias realizadas e das mais diversas ações desenvolvidas em parceria com a comunidade local, o projeto ampliou seu olhar para as diferentes formas de habitar o Passo, com atenção para a materialidade e discussões sobre o direito à cidade, "enquanto direito de estar ali e de ali levar uma vida urbana" (AGIER, 2015). Consideramos para pensar o projeto que a cidade constitui uma construção permanente, em movimento, um contexto contínuo de expansão dos universos sociais e urbanos. Assim, o fazer cidade é "uma declinação pragmática, aqui e agora, do "direito à cidade", sua instauração" (2015).

Neste sentido, temos buscado levar para a sociedade o debate sobre esse direito e os processos de exclusão de comunidades, de forma a denunciar os processos de remoção de pessoas daquela região motivados pela crescente exploração imobiliária, assim como contribuir com a luta das/os moradoras/es em demonstrar suas formas de ocupar e habitar o lugar, de modo a impor aos fatos sua presença e seu reconhecimento, em especial por meio da patrimonialização.

Pela importância da aproximação entre ensino, pesquisa e extensão para o projeto em apreço, no primeiro semestre de 2017, os debates propostos pela pesquisa e atividades de extensão realizadas em parceria com as/os moradoras/es do Passo dos Negros foram levados para as disciplinas de graduação e pós graduação, especialmente em *Antropologia em contexto de conflitos*, o que possibilitou a ampliação do grupo de pesquisa e extensão, o aprofundamento dos debates sobre aquele contexto urbano e maior intensidade das ações de extensão.

Foram realizadas várias idas a campo, foi organizada uma audiência pública sobre a localidade e seus bens patrimoniais junto à Câmara de Vereadores de Pelotas, a comunidade participou de uma mesa de debates durante o evento de comemoração do Dia do Patrimônio organizado pela Secretaria Municipal de Cultura. O Passo dos Negros ainda esteve presente na exposição *Margens: diferentes formas de habitar Pelotas*, que foi montada pela equipe do projeto de pesquisa em um casarão de destaque durante o mencionado evento. Os debates tiveram ampla divulgação na mídia escrita e impressa, legitimando as lutas, narrativas e materialidades daquela comunidade. Ainda foi finalizado um dossiê com pedido de patrimonialização das referências culturais escolhidas pelas/os moradores e enviado um documento ao Ministério Público objetivando assegurar a proteção imediata de tais referências. É sobre este documento que este texto irá tratar.

2. DESENVOLVIMENTO

Ao longo destes anos de desenvolvimento do projeto, ao vivenciar o lugar, encontramos diferentes modos de habitar o Passo dos Negros. São ex-funcionários do antigo engenho que não hesitam em narrar suas histórias de vida e trabalho. Atentamos também para narrativas de descendentes de ex-escravos que visitam a região e a ponte dos dois arcos para relembrar a história de seus antepassados. Há os pescadores, cujos modos de vida estão diretamente vinculados às águas do São Gonçalo, entre outros grupos. Pessoas lembram de quando as tropas passavam em direção ao Frigorífico Anglo. Na região, havia diversos tropeiros que eram contratados pelo frigorífico para buscar as tropas de gado das mais diferentes regiões do pampa. Muitas pessoas que não vivem no Passo dos Negros guardam um vínculo afetivo ao lugar remetendo à memória de um local marcado por campos, pela bela paisagem que o São Gonçalo traz.

Entre os pontos destacados pela comunidade como elementos de importância histórica e cultural que compõem a identidade dos grupos moradores e do Passo dos Negros, enquanto um conjunto, estão o **Corredor das Tropas**, a já mencionada **Ponte dos Dois Arcos** (repetidamente reforçada no diálogo que fora construída por escravos), o complexo do **Engenho Coronel Pedro Osório** (que envolve a antiga Escola Visconde de Mauá e casas da antiga vila operária), o campo do **Osório Futebol Clube**, o **Canal São Gonçalo** e as **figueiras centenárias**. Cada um desses pontos apresenta diversos significados para a comunidade local, conforme demonstrado em alguns trechos que citamos abaixo de conversas com interlocutoras e interlocutores:

- “Essa é a ponte dos dois arcos, viu? É toda feita de barro. Foi feita por mão de obra escrava, tchê.”

- “Esse corredor aqui, todo esse corredor aqui, isso é a continuação da São Francisco de Paula, antigo Corredor das Tropas. Eles tropeavam pra trazer gado pra charqueada”.

- “É uma pena, às vezes eu falava: “ó, a história do Passo dos Negros tá morrendo...” Mas os caras dizem “ah, nego...” Mas o negro teve sua história, então eles não podem ser apagados, porque isso aqui é uma história. Senão chega qualquer um e pensa que essa vila aqui nasceu ontem. Essa vila aqui é mais velha do que esse bairro aí. Isso aqui era o antigo Passo dos Negros, só tinha a região aqui, e o resto era mato até tu chegar lá na ponta da Tiradentes, não tinha mais nada, era só mato e árvore”.

- “Aí no engenho os barcos encostavam ali, era navegação de primeira. Era o

serviço, o trabalho deles era mais por mar. Depois que vieram se aperfeiçoando já colocaram os caminhões a puxar arroz”. “É ali tinha um colégio, Visconde de Mauá. Ali, antes, na entrada do engenho, ali era o colégio. Antigo primário. Claro, nós todos estudamos lá (se referindo aos irmãos)”.

- “Esse Canal São Gonçalo, isso aí era limpinho, isso aí a gente pegava. Queria ir pescar ia lá pra beira do arroio, pescava, bah, olha. Pescava peixe enorme, época de Semana Santa.

- “Figueira mal-assombrada, falaram que morreu uma mulher lá, uma mulher enforcada, faz tempo, sem ser nessa primeira aqui, na outra lá. Deus que me perdoe, mas eu vou falar pra eles o que eu falo pra ti, pode me dar o dinheiro que for de noite eu não passo lá”. “Uso muito a figueira pra fazer serviço pra saúde, serviço pra movimentar as pessoas, eu uso a figueira muito pra isso, aí depende... Agora mesmo eu tenho um serviço que eu tenho que despachar numa figueira, aí depois vou lá”.

Avaliamos que esses sítios histórico-culturais pertencentes ao Passo dos Negros correm sério risco de serem eliminados, pois a região tornou-se alvo de investidores interessados na implantação de loteamentos e condomínios de alto padrão, pressionando, por consequência, os habitantes a saírem de suas residências, dos seus locais de memória, desconsiderando seus vínculos com este lugar, tentando apagar suas histórias, suas narrativas de pertencimento e seus direitos de viver ali.

A Lei Municipal n.º 4997/2003, que institui o “Roteiro das Charqueadas como Referência Cultural”, reconhece esse roteiro em sua importância histórica e cultural (art. 2º), delimitando seu território, tendo como base, entre outros, os seguintes elementos já mencionados pelos moradores: “Antigo Corredor das Tropas, no prolongamento da Avenida São Francisco de Paula, desde a Avenida Ferreira Viana até a Estrada do Engenho, passando pela Ponte dos Dois Arcos; Avenida Cidade de Rio Grande, a partir da Estrada do Engenho até a Rua Dr. Mário Meneghetti; Estrada do Engenho; Estrada do Passo dos Negros até a Boca do Arroio Pelotas”, e destacando como elementos de interesse o “Engenho Cel. Pedro Osório” e a “Ponte dos Dois Arcos, no antigo Corredor das Tropas”.

Destaque-se, ainda, a Lei Municipal n.º 5502, que institui o Plano Diretor Municipal de Pelotas, a qual estabelece como um dos princípios que deve pautar a política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município, “a cidade de Pelotas como Patrimônio Histórico Nacional” (art. 6.º, VI). Prevê as condições de preservação da qualidade do ambiente natural e cultural” (art. 6.º, § 1.º, VIII), que a política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município deve ter como diretriz, entre outras, “fortalecer a identidade sócio-cultural da população” (art. 7.º, XXXII), a proteção e a preservação do patrimônio cultural” (art. 8.º, IV).

A legislação acima referida é desprovida de sanções capazes de desestimular ações que possam destruir o patrimônio histórico-cultural do Passo dos Negros. Os elementos desse patrimônio estão sujeitos à destruição repentina. A título de exemplo, tem-se que a instalação de uma tubulação de esgoto de um dos condomínios já causou um impacto na Ponte dos Dois Arcos. O que se deseja é que esses empreendimentos preservem e convivam com o patrimônio histórico e cultural do Passo dos Negros e com a população que nele habita.

3. RESULTADOS

Em reunião entre as/os moradores e as/os integrantes do Projeto, chegamos à

conclusão da necessidade urgente em obter uma tutela judicial que proibisse qualquer ato que pudesse alterar ou destruir os principais sítios histórico-culturais do Passo dos Negros e, com isso, dar visibilidade às histórias, narrativas e materialidades daquela comunidade. Para isso, entendemos oportuno buscar o Ministério Público, pois compete-lhe, por força de mandamento constitucional, a função de “proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos” (Constituição Federal, art. 129, III). Para tal, organizamos um abaixo-assinado junto à população do Passo dos Negros e elaboramos uma petição dirigida à Promotoria de Justiça da Comarca de Pelotas, onde expusemos a importância histórica e cultural do Passo dos Negros e os riscos de destruição desse patrimônio. Ao final, requeremos a intervenção do Ministério Público no sentido de ajuizar um pedido de tutela judicial, com vistas à obtenção de uma medida cautelar, que tenha como objetivo assegurar a proteção imediata da Ponte dos Dois Arcos, do Engenho Pedro Osório, nele incluído o prédio da Escola Visconde de Mauá, das figueiras e do Corredor das Tropas, enquanto elementos/componentes históricos e culturais da região do Passo dos Negros, na cidade de Pelotas.

A petição foi protocolada no Ministério Público de Pelotas, no dia 15 de agosto de 2017, sob o número AT.00824.00311/2017. Até o momento, o Promotor de Justiça responsável pelo processo encaminhou ofícios à SECULT/Pelotas e ao IPHAN para, no prazo de 60 (sessenta) dias, prestarem informações ao Ministério Público.

4. AVALIAÇÃO

Avaliamos como extremamente positiva a atuação do projeto de extensão *Narrativas do Passo dos Negros: um exercício de etnografia coletiva para antropólogas/os em formação* durante o ano de 2017. Destacamos a importância da aproximação entre ensino, pesquisa e extensão para a ampliação das ações realizadas em parceria com a comunidade e para o amadurecimento dos debates junto à comunidade do Passo e à sociedade mais ampla. Neste processo foi possível identificar o fortalecimento de atores voltados para a luta pela preservação das referências culturais locais, bem como, pela manutenção de diferentes grupos na região, contra os processos de remoção agendados para dia 14 de novembro de 2017. Diferentes movimentos sociais e docentes e discentes de cursos da UFPEL e da UCPEL passaram a participar das ações. Cabe destacar que um dos desdobramentos do dossiê de patrimonialização e do documento ao Ministério Público foi um pedido de explicação solicitado pelo Conselho Municipal de Cultura à Prefeitura Municipal de Pelotas, questionando o não cumprimento do Plano Diretor da Cidade e as autorizações de implantação de condomínios na região em apreço. As ações terão continuidade objetivando que seja garantido o direito a esta comunidade de habitar o Passo dos Negros.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

ALFONSO, L. P.; Ortiz, S.; Seger, D.; PEREIRA, I. K. S. ARAUJO, J. M. Aflorando memórias: narrativas de escravidão do Passo dos Negros. In: XVIII Congresso da SAB, 2015, Goiânia. **Livro de Resumos XVIII Congresso da SAB**, 2015.